



Physis - Revista de Saúde Coletiva

ISSN: 0103-7331

publicacoes@ims.uerj.br

Universidade do Estado do Rio de
Janeiro
Brasil

Russo, Jane; Carrara, Sérgio; Rohden, Fabíola

Apresentação. Sexualidade, Ciência e Profissão

Physis - Revista de Saúde Coletiva, vol. 19, núm. 3, julio-septiembre, 2009, pp. 587-589

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=400838224002>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Apresentação

Sexualidade, Ciência e Profissão

I Jane Russo, Sérgio Carrara e Fabíola Rohden I

O termo *sexualwissenschaft* (ciência sexual) foi criado por Iwan Bloch, médico alemão da virada do século XIX para o XX. É nesse momento que surge uma ciência da sexualidade, tendo a Alemanha como seu centro irradiador. A expressão alemã (*sexualwissenschaft*) foi traduzida nas demais línguas europeias como sexologia (*sexology* em inglês, *sexologie* em francês, *sexologia* em espanhol, *sessuologia* em italiano e assim por diante). Nesse momento, a sexologia designava não apenas o estudo científico da sexualidade, mas também uma certa postura em relação à temática da sexualidade.

Os primeiros sexólogos apoiavam-se na medicina com o intuito de construir uma visão *objetiva* dos comportamentos relacionados à sexualidade, isto é, uma visão não contaminada por considerações morais ou jurídicas. Ao fazê-lo, como não poderia deixar de ser, tomavam posições contrárias à moral vigente, propondo, num certo sentido, uma nova moral. Essa tomada de posição envolvia uma luta no campo das políticas públicas (quando se tratava da regulação da concepção, do aborto e do *status* da mãe solteira, por exemplo) e mesmo da política *stricto sensu* (como no caso do movimento contra a criminalização da sodomia). A educação sexual era um foco importante de preocupação dos primeiros sexólogos, que acreditavam ser necessário tirar a sexualidade das garras do preconceito e da ignorância. A sexologia, portanto, envolvia um amplo espectro de temas e implicava um conjunto de ações que ultrapassavam a esfera da mera produção de uma nova ciência.

Nos anos 30 do século XX, o regime nazista e, depois disso, a Segunda Guerra Mundial, varreram do mapa a sexologia alemã. Uma segunda onda sexológica surgirá algum tempo depois nos Estados Unidos, entre as décadas de 1960 e 1970, tendo como marco o trabalho de William Masters e Virginia Johnson, ele médico ginecologista, ela psicóloga, ambos pesquisando a “resposta sexual humana” em um laboratório da Universidade de Washington, em Saint Louis.

Essa segunda sexologia se diferencia da primeira num aspecto fundamental: o total distanciamento do perfil mais militante dos primeiros sexólogos, engajados, como vimos, em uma espécie de batalha, não apenas para constituir uma área legítima de estudos da sexualidade, mas sobretudo para afirmar determinadas posições no campo político da época. Os seguidores de Masters e Johnson tinham como proposta “reparar” os casais disfuncionais do ponto de vista sexual. Tratava-se de constituir uma clínica das chamadas disfunções sexuais, e uma terapêutica voltada para elas. A educação sexual, tema bastante relevante na primeira sexologia, será relegada a uma posição secundária no campo que então se constituía.

A nova sexologia rapidamente se institucionalizou, com a fundação, no quarto Congresso Mundial de Sexologia, realizado em 1978, da *World Association of Sexology* (WAS). No mesmo momento em que a sexologia se volta prioritariamente para uma prática clínica, a sexualidade aparece como tema crucial na agenda política dos países centrais. Ao lado do operariado, surgem como força política os grupos marginalizados, periféricos em relação à norma masculina, branca e heterossexual. A esfera da sexualidade será um dos principais campos de embate e afirmação de um “novo mundo”, tanto do ponto de vista da contracultura jovem, quanto do ponto de vista das mulheres e do nascente movimento homossexual. Tratava-se de politizar, trazer para o debate político público, questões que haviam sido incorporadas ao discurso neutralizante da medicina.

Essa disjunção entre o estudo “científico” da sexualidade, de um lado, e a politização da sexualidade, de outro, vai tomar novos contornos com o florescimento, entre os anos 1980 e 1990, dos estudos sobre impotência, capitaneados pelos urologistas e fortemente apoiados pelos laboratórios farmacêuticos. A relevância de tais estudos pode ser medida pela fundação, em 1982, da *International Society for Impotence Research* (ISIR), que passa a promover congressos mundiais sobre impotência, e pela criação, em 1989, do *International Journal of Impotence Research*. Essa vertente dos estudos clínicos em sexualidade vai conhecer seu auge com o lançamento do Viagra em 1998, e dará origem (já nos anos 2000) à medicina sexual.

A polaridade entre a ISIR e a WAS parece estar aproximando esta última de uma visão mais politizada da temática da sexualidade. Em seu congresso de 1997, a associação apresentou a seus membros uma Declaração dos Direitos Sexuais, solenemente adotada pelo congresso de 1999. Em 2000, participou ativamente do encontro patrocinado pela OPAS (Organização Pan-americana de Saúde) e

pela OMS, realizado em Antigua (Guatemala), e que teve como produto o documento *Promotion of sexual health: recommendations for action*, e em 2005 mudou seu nome para *World Association for Sexual Health*.

De fato, a visada excessivamente clínica da segunda sexologia capitaneada por Masters e Johnson afastou a sexologia do movimento político (do qual a educação sexual sempre se manteve mais próxima), fazendo com que setores importantes dos estudos sobre a sexualidade acabassem por escapar do campo da sexologia. O atual movimento da WAS - de um lado, abandonar o termo “sexologia”, de outro, abrir seus congressos e encontros para discussões mais políticas - visaria, nesse sentido, a incluir os temas antes apartados num campo que, embora não estritamente médico, permanece muito próximo da clínica. Em outras palavras: “saúde sexual” deve abranger mais que “sexologia”, mas as marcas de nascença desta última permanecem. Mais do que inclusão, poderíamos pensar em uma disputa acerca de quem (que profissional, que associação, que grupo) tem legitimidade para falar de sexualidade em *todos* os seus aspectos.

Os textos que compõem este dossiê tratam justamente dos diferentes modos como se apresenta o campo da antiga sexologia - hoje renomeada como “medicina sexual”, “sexualidade humana” ou “saúde sexual” - em suas diferentes vertentes. Nossa proposta é pensar o campo científico em articulação com as práticas que compõem o campo profissional. Para tal, congregamos diferentes abordagens - desde a mais etnográfica (de Zavala e Herrera), até as mais históricas (como a de Russo, Rohden, Torres e Faro). Os textos de Giami e de Carrara et al., por sua vez, tratam de um tema que costuma ser pouco valorizado nos estudos em gênero e sexualidade: a saúde e a sexualidade masculinas.

Os artigos abordam a temática proposta de ângulos diversos, iluminando recortes específicos que, embora possam parecer díspares, compõem um quadro expressivo da maneira como a sexualidade permanece sendo uma área chave do processo de medicalização da vida. Em um momento em que a afirmação política dos direitos sexuais implica ora um enfrentamento, ora uma aliança com os saberes médicos, acreditamos que uma reflexão sobre o significado de uma “ciência da sexualidade” e das profissões a ela associadas trará contribuições preciosas para a interface entre as Ciências Humanas e a Saúde Coletiva.